



**OIKOS - Associação de Defesa
do Ambiente e do Património
da Região de Leiria**

EROSÃO COSTEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Mais uma vez somos confrontados com os graves problemas de erosão costeira que afetam o nosso país, e aos quais, infelizmente, a Região de Leiria não escapa e, este ano com consequências de maior dimensão, particularmente no Pedrógão.

Ora acontece que o problema não é novo. É de há muito conhecido e advém de anos e anos de políticas erradas no que concerne à ocupação do litoral. Contudo, de ano para ano tem vindo a agravar-se. Não foi por falta de cientistas e ambientalistas terem alertado para o problema. Foi por opções de política.

Efetivamente a Oikos, há mais de duas décadas que vem alertando para o problema da erosão costeira, particularmente na região de Leiria. Por um lado, criticando o tipo de ocupação das áreas de risco, com diversos tipos de construções, e por outro lado, reclamando uma mudança nas estratégias de ocupação do litoral no sentido de um desenvolvimento harmonioso que acautele valores naturais culturais e económicos e que a terem sido seguidas poupariam muitos milhões de euros aos contribuintes e teriam preservado a paisagem litoral de grande valor ambiental e económico, particularmente em termos de turismo.

Contudo, apesar dos alertas e das ocorrências catastróficas, nada parece estar a mudar. Ou seja, a palavra de ordem dos responsáveis políticos continua, pois, a ser remediar em vez de planear, ordenar, e prevenir. E, mais uma vez se anunciam verbas, no caso, 300 milhões de euros, para outras tantas obras, concretamente 311, para mais uma vez remediar os estragos.

E pior, não só apenas se fala em remediar, como se continua com a opção política, quer do poder central, quer dos poderes locais, de permitir mais construção em áreas de risco. De há uns anos a esta parte têm sido os tão propalados projetos PIN, a dar cobertura a projetos que invadiram zonas protegidas do litoral, de elevado risco, mormente na Rede Natura 2000. Agora, e como se este tipo de mecanismos não bastasse, para agravar a situação, eis que em outubro de 2013 foi publicada a nova Lei de Avaliação de Impacte Ambiental, (Dec-Lei 151-B/2013) que é mais uma passadeira verde para todo o tipo de atropelos ao ordenamento do território.

Claro que, perante as ocorrências, é preciso “acudir” aos estragos, mas tal só terá algum proveito se forem tomadas medidas de fundo que possam de futuro acautelar e

respeitar as leis da natureza (porque, como já todos pudemos perceber, ela vence sempre) sob pena de nos próximos anos os contribuintes sejam de novo chamados a pagar mais e mais faturas e termos uma paisagem irremediavelmente mais pobre.

A Oikos entende que, de uma vez por todas é necessária a implementação de um conjunto de medidas, que conduza a uma inversão das opções de política para o litoral. Entre outras apontam-se as seguintes:

- Implementação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, adotada em Abril de 2010;
- Elaboração de cartas de risco para o litoral que permitam por um lado, intervenções integradas e por outro, apoiar a elaboração de instrumentos de planeamento e ordenamento adequados;
- Parar com a construção de mais barragens as quais - para além de um elevado conjunto de outros impactes ambientais - agravarão o défice sedimentar que já ocorre no litoral;
- Adequar e articular os diversos instrumentos de planeamento e ordenamento de modo a evitar a continuação de construções junto ao litoral, em áreas de risco, e consequentemente de agravamento da situação;
- Repensar a construção de obras pesadas – esporões, enrocamentos, obras portuárias etc... - que em muitos casos têm vindo a agravar os problemas existentes;
- Encarar, de forma séria, a implementação de um plano de deslocalização de pessoas e bens, das áreas de maior risco, indemnizando-as de forma justa.

Leiria, 10 de janeiro de 2014

A Direção da Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria